

Parceria eficaz

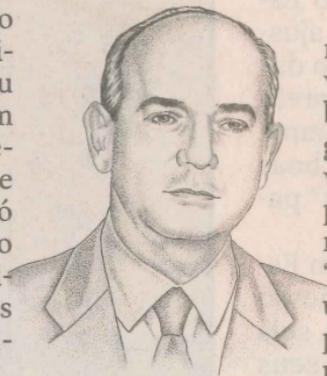
JOSÉ CARLOS CORRÊA

As vésperas do Dia Internacional do Cooperativismo, o Governo do Estado decidiu não renovar o contrato das cooperativas médicas. Tal atitude, embora equivocada no conceito já que a parceria com as cooperativas é uma solução legítima e eficaz em um sistema onde não faltam problemas, pode ter tido as suas razões se olhada a questão apenas pelo lado financeiro. E até poderia não ter maiores conseqüências caso o Governo tivesse uma alternativa melhor para dar continuidade ao atendimento à população necessitada de serviços de saúde. Mas o Governo não tinha essa alternativa e a população correu o risco real de ficar sem atendimento em procedimentos essenciais e inadiáveis. A crise só não foi maior porque o Governo recuou e decidiu renovar os contratos em caráter “emergencial” por seis meses.

Passado o auge das emoções da crise, é possível fazer um balanço mais sereno dos acontecimentos. Nos quinze dias decorridos entre o anúncio da não-renovação dos contratos, 13 de junho, e o da renovação “emergencial”, 27, muita coisa inconseqüente foi dita e ficou mal explicada. Uma delas foi a de que as cooperativas “têm baixa produtividade”. Outra é que “não se justifica o Estado pagar mais para o cooperado se ele realiza o mesmo trabalho que seus servidores”.

Afinal de contas, é preciso lembrar que as cooperativas médicas

existem há muito tempo, antes de terem qualquer contrato com o Estado, e foram criadas como uma solução inteligente para atender aos hospitais particulares. Ao invés de terem em seus quadros médicos especialistas, era mais racional para os hospitais requisitar os serviços das cooperativas que teriam sempre profissionais disponíveis, pagando tão-somente o serviço realizado. Ou seja, não há horas ociosas, nem baixa produtividade, nem desperdício de recursos. Solução boa para os profissionais, hospitais e pacientes. Enfim, ganho de resolutividade para todo o sistema.



Quando essa solução migrou para o Estado veio resolver ainda o problema das intermináveis greves que inviabilizavam o atendimento à população. Desta forma, não há como enxergar “baixa produtividade” em um sistema em que só há pagamento se houver produção. É a comparação dos ganhos não pode

deixar de levar em consideração que as receitas de uma cooperativa são rateadas entre os seus sócios conforme a produção de cada um.

O Governo pode ter razão quando diz que é preciso renegociar os contratos que mantém com as cooperativas. Mas entre isso e condenar uma parceria moderna e eficaz, porque funciona, há uma distância muito grande.

JOSÉ CARLOS CORRÊA - jornalista
escreve nesta coluna aos sábados